

Revista nuestraAmérica, eISSN 0719-3092, vol. 7, n.o 14,
Julho-Dezembro, 2019, 431 - 459 Ediciones nuestraAmérica
desde Abajo Ltda (Chilecontacto@revistanuestramerica.cl)
Recibido: 02-10-2018 | Aceptado: 25-01-2019 Derechos de
autor 2019: autor Licencia:
<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>

Estado Forte em combate ao Liberalismo: o projeto antisemita integralista de Gustavo Barroso para o Brasil dos anos 1930

**Estado fuerte en combate al liberalismo: el
proyecto antisemita integralista de Gustavo
Barroso para el Brasil de los años 1930**

**Strong State in the fight against Liberalism:
the integralist anti-Semitic project of
Gustavo Barroso for Brazil in the 1930s**

Cícero João da Costa Filhoa 1

1 Universidade de São Paulo, Brasil

a cicerojoaofilho@gmail.com

Resumo

O projeto integralista almejado por Gustavo Barroso baseava-se no modelo de Estado forte. Diferente da postura de Plínio Salgado e Miguel Reale, que não carregavam o racismo contra a figura do judeu, Barroso pensa a formação do novo Brasil com a eliminação do 'Povo de Israel'. O judeu era o responsável pelas mazelas do Brasil e do mundo, devido seu caráter anárquico, usurpador, ganancioso, capaz de tudo para obtenção do capital. O liberalismo era conforme Barroso criação judaica, que trouxe ao mundo a miséria social e o caos, quebrando a harmonia social dos tempos medievais. Por isso, o liberalismo devia ser combatido, sob todas as frentes, representado pelo judeu, uma raça de bandidos e criminosos. Comparado a seres infecciosos, era preciso eliminar o judeu para a formação do Brasil integral, pois este era o inimigo número um do país. O liberalismo era um dos principais responsáveis pelo caos político e

social, tornando uma sociedade cada vez individualista e materialista, carecendo de um Estado totalitário que colocasse disciplina e ordem. O Brasil pensado por Barroso está na contramão da figura do judeu e suas criações, na ótica do autor, por isso suas críticas e seu racismo a uma raça racista, que não se misturava, não tinha amor a sua pátria, tirava amor da luta de classes e ia fazer a revolução na terra dos outros.

Palavras-chave: integralismo; liberalismo; Gustavo Barroso; racismo; nação

Resumen

El proyecto integralista pensado por Gustavo Barroso es un proyecto extremadamente complejo y minucioso, basado en la renovación espiritual, en el combate al materialismo judío, responsable de la serie de males nacionales y mundiales. El liberalismo disolvente, el materialismo, el marxismo, el comunismo, eran tenazmente combatidos por Barroso. Aunque el escritor afirme que el integralismo no es un movimiento político, sino cristiano, el Brasil fuerte pensado por el integralista es el encuentro entre el Estado y la Nación, donde la totalidad, la "reunión", la "suma", la "suma, prevalece en detrimento de lo particular. El marxismo y el liberalismo son enemigos del modelo de Estado pensado por Barroso, viabilizando la 'verdadera' democracia.

Palabras clave: integralismo; marxismo; estado; nación; democracia

Abstract

The integralist project thought by Gustavo Barroso is an extremely complex and meticulous project, based on spiritual renewal, in the fight against Jewish materialism, responsible for the series of national and world evils. Dissolving liberalism, materialism, Marxism, communism, were tenaciously opposed by Barroso. Although the writer affirms that integralism is not a political movement, but a

Christian, strong Brazil thought by the integralist is the encounter between the State and the Nation, where 'totality', 'reunion', 'sum' to the detriment of the individual. Marxism and liberalism are enemies of the model of the state thought by Barroso, enabling the 'true' democracy.

Keywords: integralism; marxism; state; nation; democracy

Introdução

O Brasil pensado por Gustavo Barroso seria conforme o projeto integralista e seu Manifesto de 32, um Brasil de 'Estado Forte'. Os problemas brasileiros eram tantos que apenas um novo modelo político, baseado no fascismo italiano e no nacional socialismo alemão era capaz de fornecer o caminho para uma 'nação forte', capaz de viabilizar a chegada da 'verdadeira democracia', onde o Estado se identificava com a Nação. Com uma das máximas esboçadas no Manifesto de 32 de que 'Deus dirige o destino dos Povos', a postura integralista de Barroso combatia o principal inimigo da humanidade, que era a figura do judeu. A Moral passava a ser de fundamental importância na criação da sociedade defendida pelo escritor, como também para outros integralistas. Grosso modo, lembremos que o movimento criado por Plínio Salgado foi um movimento formado por elementos católicos. A obra de Barroso traz o manual da nova sociedade 'integral', uma sociedade expurgada dos danos provocados pelo 'Judaísmo Internacional'.

Intelectual, para Barroso a Igreja era a principal formuladora da política, apontando o regime político ideal, no combate a figura do judeu, para o escritor responsável pela miséria social e pelos males do Brasil e do mundo. A mensagem da Igreja, sua Moral e Ética, formam as bases políticas do pensamento de Barroso. A legitimidade da propriedade privada, a defesa do espírito, da

família, das corporações, é crucial para compreendermos a obra integralista do escritor cearense, são esses elementos que facultam o surgimento do ‘novo’ homem brasileiro em sua ‘nova’ pátria. Formar o Estado brasileiro é eliminar os entraves de sua formação, que são as ‘manifestações judaicas’, dentre elas, o surgimento da democracia liberal.

O integralista se apoia no pensamento cristão para daí elaborar seu pensamento político e ideológico, trazendo como principal argumento narrativo a relevância de uma ‘raça’ ou de um ‘povo’ com inclinações que vão desde os pequenos golpes até o assassinato de crianças para utilização nos rituais judaicos. Nada melhor que apelar ao ‘indiscutível’, ao sagrado, mantendo de pé sua concepção, ou melhor, a palavra de Deus traz a esperança dos novos tempos anunciados por Barroso. Suas palavras remetem a força e a segurança do sagrado doutrinando os homens a se comportarem contra o ‘mal’, a partir de valores que começam no seio familiar, a mais importante célula social. Se vive um mundo guiado pelo ‘materialismo judaico’, que destrói tudo que encontra pela frente, só a mensagem de Deus pode salvar o trágico quadro social e político. ‘Raça de criminosos e bandidos’, inclinado a tudo que é ruim, para Barroso o judeu era o maior inimigo do Brasil e do mundo!

Estava estabelecida a cruzada que desde o declínio de Roma se via a par de uma ‘filosofia dissolvente’ que contaminou o ocidente diante do arabismo de Averróis e Avicena. Aliás, desde a crucificação o judeu mostrava seu lado traiçoeiro e fadado a ‘sair por aí’, por não possuir pátria errava aos mais distantes lugares do mundo, sua preocupação primeira era ganhar dinheiro, se embrenhando nos mais variados segmentos comerciais, que ia desde proprietário da indústria cinematográfica até comerciante de armas, drogas e mulheres. Visto ora

como ‘povo’, ora como ‘raça’, o judeu era o ‘verdadeiro anticristo’, com um plano arquitetado de dominação mundial, sendo urgente combater essa ‘força do mal’. O judeu domina tudo, é o ‘Capitalismo Internacional’, uma força que se espalha cada vez mais pelo mundo

Há séculos, os filhos de Israel desprezados e perseguidos trabalham para abrir um caminho para o poder. Tocam o fim. Sua influência é preponderante sobre a política e os costumes. Na hora que quiserem, marcada de antemão, desencadearão a revolução que arruinará todas as classes da cristandade e escravizar-lhe-á definitivamente os cristãos. Assim se cumprirá a promessa de Deus feita ao seu povo” (Barroso 1935, 124).

Uma vez que tudo é ‘criação judaica’, a fala de Barroso é uma fala de eliminação ao ‘Povo de Israel’, uma verdadeira cruzada para deter aquilo que corroía toda e qualquer sociedade. Bem ou mal escritos (encontramos visões divergentes quando a elaboração integralista de Barroso) os textos de Barroso são panfletos enormes poucos convidativos a reflexão, como lembra Cytrynowicz (1992). Toda sua produção antissemita objetiva historiar a malevolência do judaísmo (Costa Filho 2019). Criador do liberalismo, responsável pela ‘filosofia dissolvente’ que influenciou a Revolução Francesa, consolidando a destruição, a modernidade que se abriu apenas fez continuar o caos. O mundo harmônico esteado pelos valores pregados pela Igreja e pelas corporações ruiu, agora o que reinava absoluto era o caos, provocado por homens materialistas que ao longo da história destilaram seu espírito de ganância. O materialismo, fundamentação do judaísmo, gerou homens céticos e ateus, que cada vez mais expandiam seu raio de ação. A história e a concepção de Barroso tratam da malevolência do judeu, o sentido de suas palavras é a concepção negativa sobre o ‘Povo de Israel’, por

isso não vamos encontrar temas diferentes. Liberalismo, comunismo e maçonaria revelam a figura do judeu, um ser inclinado à tática dos ‘pequenos golpes’ a fim de tomar o poder, sujeito traiçoeiro e inassimilável, que sempre amou o segredo, mostrando peculiaridades de sua raça já registradas no Talmud.

Para Barroso o socialismo era mais uma ‘obra judaica’, a chegada ao comunismo era passagem natural do socialismo, quando o mundo presenciaria a besta, como nas pregações do profeta Daniel. Alegava Barroso que uma sociedade sem classes era o sonho de judeus burgueses, destruindo o modelo harmônico de sociedade medieval fundada sob a hierarquia e sob o ‘princípio de autoridade’. Uma sociedade sem classes sociais conforme os seguidores de Marx representava uma sociedade gerida pela malevolência judia, que tinha como característica a exploração do homem pelo homem, escravizando cada vez mais o proletariado e dificultando as condições de sobrevivência da população em geral. Era o império de Ram!

O escritor integralista Gustavo Barroso

Barroso remete as encíclicas para resolver o caos mundial que tinha a figura do judeu como principal responsável. Diga-se de passagem, o autor busca a formação de um ‘Estado Social Cristão’, ainda que alterne passagens afirmando ora ser o integralismo um ‘movimento político’, ora ser este um ‘movimento cristão’. Na verdade baila na cabeça de Barroso um Deus que comanda, sua palavra é indiscutível, daí o apelo a um chefe espiritual com sua argumentação maior de ser o integralismo um movimento em que o homem é guiado por uma ‘ideia’. Era a lógica de que “Deus rege o destino dos Povos”, a maior máxima do integralismo em busca de implantar no Brasil um governo forte, por natureza antidemocrata.

Barroso transcreve literalmente em *Integralismo e Catolicismo* (1937) duas encíclicas mostrando seu pensamento conservador e católico de que o mundo é por natureza ordenado, reabilitando Aristóteles e São Tomas de Aquino (este retomou a ideia do direito natural do primeiro), pilares de seu pensamento, reacionário e temeroso pela ‘anarquia do número’. Defensor da propriedade privada e da hierarquia de classes, dentre outros aspectos, o pensamento de Barroso girava em torno da ‘Cidade de Deus’. Era sob o ‘princípio de autoridade’, onde a disciplina e a união de todos os brasileiros buscavam criar o novo país pensado pelos integralistas.

Seus livros tratam de combater a figura do judeu, dando a receita de como se livrar deste para a chegada de um ‘novo’ Brasil. Como já mencionamos, as obras do autor a todo instante reforçam a maldade do ‘Judaísmo Internacional’ carecendo da campanha integralista, “todo o cuidado no Brasil é pouco com os discursos melosos e os planos patrióticos aconselhados por técnicos estrangeiros, oferecidos por economistas marca Simonsen, Whitaker ou Numa, defendidos por judeus fantasiados de representantes da nação...” (Barroso 1937, 104). Em Barroso, liberalismo, socialismo, comunismo e maçonaria não se separam, ainda que a ideologia de Marx represente o verdadeiro anticristo, encabeçado por seres capazes de realizar tudo em nome do capital, seres diabólicos que derrubam tudo a fim de estabelecer uma sociedade ateísta.

Só o integralismo combateria os inúmeros prejuízos causados pelas ‘criações judaicas’. Conclamando a nação brasileira a lutar contra o verdadeiro ‘anticristo’, o ‘inimigo número um do país’, era preciso fazer de tudo para acabar com as ‘forças do mal’ causadoras dos problemas do Brasil e do mundo. O brasileiro era chamado a fazer parte das fileiras verdes em razão do surgimento de um ‘novo’ Brasil.

Maior movimento após o cristianismo, conforme Barroso, só perdendo para a abolição e para o advento da república, o integralismo era como todos os movimentos totalitários, um movimento de ‘renovação espiritual’, que exigia uma nova forma de pensar e de sentir,urgia um ‘novo’ homem, indispensável para a formação do ‘Estado forte’ brasileiro. Sob o ‘princípio de autoridade’, de respeito à disciplina e ao trabalho, o movimento integralista era o remédio para viabilizar o novo Brasil. Este novo Brasil seria forte como o regime de Mussolini, de Hitler e de Salazar, onde a nação estaria acima dos interesses regionais, impedindo as manifestações políticas de esquerda (Bertonha 2001).

Vale lembrar o importante ‘movimento de massas’ que foi o Integralismo e sua fecunda produção jornalística (Cavallari 1999), mostrando a tensão do momento e acima de tudo, o medo das elites brasileiras da chegada dos comunistas ao poder, após a eclosão da Revolução soviética. Num país de tradição extremamente conservadora, se por um lado o integralismo alimentou o autoritarismo e o racismo de nossas elites, por outro permitiu um olhar mais atento desse importante momento histórico, de fecunda produção cultural. Buscavam-se alternativas para um país marcado pela corrupção das elites regionais, arrastados consigo pela mais recente Carta Constituição de 1891, que tanto socialmente como politicamente não superou problemas tradicionais de sua formação, como por exemplo, o autoritarismo dos grupos regionais, materializando suas ações no empastelando jornais, na perseguição de opositores, na verdadeira política do cabresto e da enxada, típica de nossas elites rurais.

Período de transição na história do país, recuperar o pensamento integralista de Gustavo Barroso é ir muito além da concepção malévola sobre o judeu,

esta é apenas parte de um problema maior, que é o tortuoso caminho da brasilidade, que guarda em seu discurso a malevolência da ‘raça judia’. Sua obra reverbera o pensamento da Igreja, responsável pela construção do judeu como o ‘anti-cristo’, o ‘satanás’, ‘um ser de odor fétido’, ‘com cornos e rabos’, ‘assassino de Cristo’, ‘maquinador de crianças’, ‘responsável por fomes e pestes’, um ser com poderes diabólicos que precisava ser eliminado em nome da cristandade ocidental.

Tempos de Integralismo: ideais ‘totalitários’ ou autoritários?

Como parte dessa turbulenta conjuntura política, o projeto integralista de Barroso passava pela questão racial, um dos pilares de todos os projetos nacionais brasileiros ao longo de nossa literatura histórica. Os problemas nacionais foram antes de tudo problemas de raça, uma vez que o argumento racial sempre fora acionado para justificar nosso atraso e nessa mesma lógica, acabava por formar um ‘discurso laudatório’, complexo e incoerente em torno da formação da ‘identidade nacional’ (Menezes, 2009). Era nos momentos de ‘crise política’ (leia-se como crise de identidade), que se buscava o Brasil e o brasileiro, e o Integralismo antes de ser visto com um movimento ideológico foi um projeto que propôs um modelo de nação (Oliveira 1990).

Em um período rico de nossa história, onde as tensões geraram diversas ‘visões de Brasil’ a alternativa de um ‘Estado forte’, baseados no lema ‘Deus, Pátria e Família’, respeitando o ‘princípio de autoridade’ e a disciplina ganhou ruas e estados na cruzada contra o ‘Judaísmo Internacional’. Com o Manifesto de Outubro de 1932, de autoria de Plínio Salgado, uma releitura que este faz do fascínio que nutria por Mussolini, estava pronto o caminho para

o Brasil se tornar uma ‘nação forte’. Todo esse cenário de inquietude política trouxe a influência dos governos fortes para o Brasil, necessitando como pregava Barroso um ‘novo homem brasileiro’. Antes de tudo, era indispensável uma ‘revolução interior’ para subtrair o Brasil da escravidão ao ‘Judaísmo Internacional’, como anotava o integralista.

O ‘Estado forte’ deu a tônica ao pensamento de Barroso, influenciado pela palavra de Cristo, não cabendo outra interpretação a não ser seguir os passos de uma sociedade ordenada politicamente pela mensagem de NSJC. A novidade de um ‘Brasil integral’ se dar no momento em que determinados grupos políticos precisam se ordenar para não perderem seus espaços para setores urbanos envolvidos em atividades comerciais, juntamente com profissionais liberais, médicos, professores, ex-tenentes, e imigrantes com suas ideias socialistas, comunistas e anarquistas. Dentre esses imigrantes estava a figura do judeu, sem tradição agrícola, que transitoriamente passava pelo trabalho no campo e logo que adquiria algum dividendo se dirigia a cidade, competindo com setores mercantis, por isso a hostilidade de alguns setores tradicionais. O judeu logo se transformou em um ser indigesto, uma ‘raça indesejável’, o que explica a transfiguração do real e a instrumentalização das ideias raciais datadas das três últimas décadas do século XIX (Luizetto 1982).

Lembremos que a Constituição de 1934, conforme Milgram “estabeleceu pela primeira vez normas e leis para regular a entrada de estrangeiros”, somado a admiração de Barroso pela política do III Reich. A não pairar dúvidas sobre o racismo de Barroso, seu antissemitismo incidia sobre o ‘judeu conspirador’, ‘símbolo do mal’, responsável pelo comunismo em várias partes do mundo, pela decadência e destruição das sociedades (Milgram

1994). Conforme Tucci Carneiro, “o discurso antissemita veiculado no Brasil entre 1930 e 1945 reunia atributos, que no seu conjunto, transformavam o judeu em um ser parasita, indigesto” (Carneiro 2010, 233). Se por um lado, parte da historiografia ressalta o movimento de 1930 como uma ‘Revolução burguesa’ (Fernandes 1977), ressaltamos que a estrutura da sociedade brasileira no plano político continuou inalterada, setores tradicionais e industriais, e novos atores políticos, como médicos e profissionais liberais, dialogaram harmonicamente (Fausto 1972).

No momento em que o marxismo se mostrou uma viva alternativa política, é compreensível a concepção extremamente estereotipada sobre a figura do judeu. Não poderia ser diferente a concepção de um autor que concebe o judeu como ‘grupo de bandidos e criminosos’, ‘raça deicida’, ‘fermentos’, ‘borras ou parasitas sociais’ que infestam o organismo social destruindo as civilizações. Para Barroso o judeu era autor de atentados, participava de redes de espionagem, se envolvia no comércio de drogas, de armamentos e no tráfico de mulheres.

Dispensando maiores cuidados quanto à identificação das teorias raciais consideradas científicas assimiladas nas instituições brasileiras (faculdades de medicina, institutos históricos, museus), é dado incontestado que nas décadas de 1920 e 1930 mais uma vez o apelo racial se fez presente como estratégia política na formação do Estado nacional brasileiro. Uma vez que o discurso nacional suplanta as particularidades, sendo um discurso que interessa a poucos, o apelo racial sempre caiu como uma luva para as elites políticas e econômicas, nublando as reais condições de um país formado sob o autoritarismo, marcado por práticas bastante conhecidas, que ia das fraudes políticas até a perseguição e morte do opositor.

Diga-se de passagem, o ‘racismo científico’ da geração de Sílvio Romero e Euclides da Cunha prosseguiu sob a política higienista tão intolerante quanto o pensamento de homens que advogavam a superioridade inata dos seres, reabilitada mais tarde na política de ‘corpos e mentes sãs’ para a nação sadia e forte, dos tempos duros do Estado Novo. (Lenharo 1985; Bercito 1991; Chalhoub 1996; Sevcenko 1984; Carvalho 1996). A prática política do Estado brasileiro da época de Barroso foi tão intolerante quanto o pensamento de homens como Sílvio, que em seu tempo estavam presos a leituras racistas, consideradas a época pressuposto científico, leituras que se tinha a época, como chama atenção Antônio Candido (1945). Barroso não recorre a escritores racistas como Gobineau e Lapouge, mas teve contato com uma conhecida literatura racista de antissemitas utilizados pela política nazista, vindo a ter contatos com figuras proeminentes do III Reich.

Intérprete da cultura brasileira, o integralista pensará a clássica fusão das três raças num país ‘sem ódio racial’, onde o europeu figura como elemento mais importante. Não havia cenário mais adequado para a voz da direita quando do clima tenso e indefinido que viu Vargas chegar ao poder. É sob o emaranhado dessa ‘indefinição política’ que soa a concepção de Barroso, escolhendo um culpado pela situação do Brasil, temendo comunistas e vozes dissonantes que representavam o novo (Cruz 2011). O judeu é o novo, é a força contrária ao proprietário de terra que vive da economia agrária, resistindo ao trabalho forçado no campo e escolhendo a cidade para empreender seu negócio e tentar sua vida, por isso incide sobre si o estereótipo de parasita e de revolucionário, dentre outros caracteres. Este momento de nossa história foi extremamente conturbado que viu o tabuleiro político se reordenar ante a incerteza de setores antes bem

estabelecidos, agora perderem sua estabilidade política, o que exige de nós a compreensão para o pensamento fascista de Gustavo Barroso. Sua obra é marcada pelo choque entre as forças de direita e de esquerda, onde o comunismo avulta como a grande ameaça, a mensagem de Marx é o grande mal, por impedir e por abaixo todo projeto de Brasil pensado pelas elites brasileiras da época.

Um antissemita declarado

É tacitamente reconhecida pela historiografia integralista que Gustavo Barroso assumiu uma postura antissemita. Ainda que o antissemitismo de Barroso no seio da AIB tenha sido tema secundário, mera tática política para chegar à liderança do movimento na disputa com Plínio Salgado, como aventa Hêlgio Trindade (1974), a temática integralista, desde a década de 1990 com o estudo de Maria L. Tucci Carneiro (1995), não parou de suscitar trabalhos. Em meio aos olhares integralistas, o tema é passível de um debate pelas diferentes posturas de seus integrantes, bem como pela leitura de seus interpretes. A partir da problemática de Trindade proposta em sua tese, uma série de obras (hoje bastante conhecidas para o pesquisador preocupado com assuntos ligados a movimentos de direita), continua a inspirar trabalhos sobre o tema. Boas análises são as de Antonio Candido (1978) e Florestan Fernandes (1979), no prefácio as obras de Chasin (1978) e Gilberto Vasconcellos (1979), respectivamente. Obras que tocam na temática integralista são as de Hélio Silva (1971), Edgar Carone (1973), Stanley Hilton (1977), Rene Gertz (1987), Marilena Chauí (1978), Gilberto Vasconcelos (1979), Antônio Rago (1989), Lesser (1995), dentre outros. Trabalhos mais atuais, mas já clássicos são os de Alcir Lenharo (1986), Maria Luiza Tucci Carneiro (1986), Renato Benzaquen de Araújo (1987). Lembremos o

livro de Hélio Silva (1971), onde o autor aborda historicamente o Integralismo, assim como o de Stanley Hilton (1977), que busca compreender a estrutura sócio-política que deu condição para o surgimento do integralismo.

Em artigo específico sobre a evolução dos estudos do integralismo lembremos a excelente análise de Rodrigo Santos de Oliveira (2010), onde aborda as ‘gerações’ da historiografia integralista, termo que o autor faz as devidas considerações, em nota de pé página. Outro estudo que não pode ser esquecido é o primeiro volume de Estudos do Integralismo no Brasil, organizada por Giselda Brito (2007). Diante dessa considerável bibliografia, podemos afirmar que a figura de Gustavo Barroso merece destaque após o estudo de Trindade, onde o citado autor aponta a postura abertamente antissemita de Barroso nas hostes integralistas. Respeitando o trabalho de Trindade e de todos os outros que reabilitam a temática integralista, trazendo a figura de Barroso no que tange ao seu antissemitismo, lembremos alguns trabalhos surgidos após a averiguação no arquivo do Itamaraty do livro de Tucci Carneiro, quando a historiadora identificou uma política oficial antissemita por parte do estado brasileiro, impedindo a entrada de judeus no Brasil por meio da emissão de circulares secretas. Destacamos também as importantes contribuições de Marcos Shor (1992), Eduardo Calaça (1992), Roney Cytrynowicz (1992), Natália Reis (2004), Carlos Augusto Nóbrega de Jesus (2006), Márcia Regina (2007), Ivair Ribeiro (2007), Rodrigo Santos de Oliveira (2009) e minha pesquisa de pós-doutorado desenvolvida junto a Universidade de São Paulo (2017).

Para boa parte da historiografia, o antissemitismo de Barroso não possui ligação racial, é moral (argumentação do próprio Barroso), incidindo sobre o ‘espírito’ judeu, ‘ganancioso’, ‘usurpador’, e

acima de tudo ‘inassimilável’; para outros, o chefe dos camisas verdes combatia a raça judia, propondo até a eliminação desta, como pensa Marcos Shor, Roney Cytrynowicz, Carlos Nóbrega de Jesus, Tucci Carneiro, Márcia Carneiro e Natália Reis. Para que não pare dúvidas sobre a natureza antissemítica de Barroso (um projeto nazista de eliminação), sua postura é muito clara, em decorrência da imagem e das denominações que o escritor cearense referia-se aos judeus.

(...) afirmar que a proposta barrosiana não tinha conteúdo racial, mas apenas ideológico e político seria negar tudo o que o próprio Gustavo Barroso afirmou nas linhas de sua obra *O Quarto Império*, que foi inclusive, extensamente analisado por Maio, em seu trabalho. Nela estão presentes as linhas mestras de uma teoria das raças, de uma visão da História como determinada pelas características raciais dos arianos e dos semitas, consubstanciada na idéia de luta entre essas duas raças e seus valores. Ocorre que Barroso utiliza um arsenal moralista e religioso a sua proposta de branqueamento e predomínio da raça branca, tanto em termos culturais como raciais (Cruz 2004, 219-20).

Adentrando ao pensamento de Barroso, vemos a presença de uma ‘Teoria das Raças’, um dos argumentos de Marcos Shor, a crença de um autor preso ao pensamento evolucionista, convicto na superioridade do homem branco, em detrimento de ‘raças inferiores’, como por exemplo, o semita, advindo daí as agressões e denominações ao judeu como ‘bando de criminosos’, ‘bactérias’, ‘cupins’, ‘fungos’, ‘parasita’ etc. Até mesmo em seus trabalhos de memória vimos soar o racismo de Barroso sobre o judeu. Carlos Nóbrega de Jesus traz questões que achamos importantes, como: o fato de ter sido Barroso o segundo nome do Integralismo, tendo este movimento particularidades fascistas, com traços peculiares brasileiros, não o levou a

tomar o ideário antissemita como estratégia política? O discurso integralista não exacerbou a visão antissemita de Barroso, em contraposição a autores que em tese não combatiam os judeus ‘abertamente’, como Plínio Salgado e Reale, pois tais líderes sabiam que discriminar racialmente o judeu jamais seria aceito na sociedade brasileira conservadora e católica? (Nóbrega 2006)

Não iremos encontrar nomes famosos do racismo científico – o nome de Gobineau aparece raramente na produção integralista de Barroso –, para legitimar a desigualdade dos seres, na obra de Gustavo Barroso. Presenciaremos no momento da produção integralista de Barroso a criação de seres que impediam a construção de um Brasil expurgado dos males do passado, seres ou uma raça de ‘indesejáveis’, discurso de boa parte dos intelectuais e homens públicos. Em meio à construção da brasilidade, da identidade nacional, da formação do Brasil e do brasileiro, criou-se o desviante, dentre estes, imigrantes judeus que eram inclinados à desordem e perigosos (Carneiro 2001).

A historiografia por nós analisada contextualiza a figura de Gustavo Barroso e sua visão antissemita. Tucci Carneiro (1995) aponta uma política oficial antissemita por parte do Estado brasileiro, em contraposição à visão de Lesser, que afirma que justamente no período abordado pela historiadora não houve diminuição na entrada de judeus no Brasil, em meio as circulares secretas. Os dois autores apontam o período de forte nacionalismo da época como crucial para a simpatia da elite brasileira, conservadora e racista, com o integralismo, em que surge a postura antissemita de Barroso. A ‘Questão Judaica’, por exemplo, surge na década de 1920 não por acidente, aliás, o preconceito de nossas elites e do estado nacional é traço inerente à formação do Brasil independente, desde o surgimento das discussões políticas e

literárias acontecidas no IHGB. O judeu colocaria em risco ou até mesmo suplantaria tradicionais setores, estabelecendo um mundo novo (desconhecido), colocando em xeque a posição social de tais setores. Como na Europa, no Brasil, setores conservadores (Igreja, médicos, funcionários públicos), parcela significativa de homens que ocupavam cargos importantes no Estado, assimilaram o ideário nacionalista criado pela extrema-direita.

Boa parte da bibliografia que se volta ao antissemitismo de Barroso não vê racismo nesse tópico por parte do integralista. Tomamos o estudo de Natália Reis, que traça um verdadeiro projeto de eliminação dos judeus, o qual concordamos após leitura da produção bibliográfica de Barroso. O temor comunista (Motta 2002) que abalou e pôs medo às elites conservadoras brasileiras, orquestrada pelo ‘judaísmo internacional’, com a expulsão de judeus para várias partes do mundo, somada ao imaginário negativo do judeu ao longo da história, só contribuiu para aumentar o discurso intolerante das elites brasileiras, tornando o judeu bode expiatório da história, algo a ser combatido. Barroso fez uma verdadeira campanha antissemita, conclamando a mocidade brasileira a não medir esforços em benefício do Brasil integral.

A historiografia aborda o panorama mundial da época com suas vertentes ideológicas e as tensões do momento buscando compreender o surgimento de ideologias nacionalistas, dentre as quais, o fascismo e o nazismo. Com relação ao Brasil, entender o contexto de tais regimes nacionalistas não justifica ou serve como argumento para o antissemitismo de Barroso, pois sabemos que nem Plínio Salgado nem Miguel Reale foram racistas. Embora não se detenha ao tema, Trindade já enquadrava Barroso como adepto de uma postura antissemita radical, contribuindo para o surgimento de trabalhos posteriormente. Ainda que o autor negue

que seu antissemitismo tenha raízes raciais, encontramos falas tipicamente racistas. Algumas denominações como ‘verme’, ‘lama humana’, ‘bactéria’, ‘micróbios’, ‘carrapatos’, configuram uma verdadeira ‘profilaxia social’ (Carneiro 1990).

Nessa ótica, é compreensível que o autor de Judaísmo, Maçonaria e Comunismo esteja sempre pensando na ideia de conspiração, no domínio mundial orquestrado pelos judeus, farsa literária tão bem analisada por Cohn (1969). A influência do ‘Judaísmo Internacional’ era tanta que dominava algumas organizações secretas (a mais importante era a maçonaria), o comunismo e o liberalismo. Tudo que está ligado ao judeu é alvo dos ataques de Barroso, por exemplo, o bolchevismo russo só acobertava o interesse mercantil e o comunismo foi senão reflexo da democracia liberal empreendida pelo judeu, por isso era preciso combater o ideal ‘moscovita’.

A nosso ver Barroso se mostra um pensador extremamente racista. Ao longo de seus livros o escritor se justifica falando que seu antissemitismo não possui ligação racial, mas em seus textos o que se vê do começo ao fim é a perseguição e os ataques a um ser que perambula ou erra pelo mundo, sem amor a pátria, tirando proveito da luta de classes e buscando fazer a revolução na terra dos outros. O antissemitismo de Barroso é racial, o autor quando fala de um antissemitismo moral ou religioso, logo destila seu ódio justamente em função dessas implicações morais ou religiosas. A ideia de parasita e de raça que não se mistura é muito antiga, o antissemitismo reinante na Europa criado pela Igreja foi reelaborado no século XVIII, em um quadro cheio de tensões que bem serviu á política destrutiva de Hitler.

Barroso é um intelectual antissemita convicto na

malevolência do judeu, não sem razão que diversas vezes em sua obra tratou de justificar sua hostilidade ao povo de Israel. Se o antisemitismo foi tema secundário no projeto da AIB, tendo conquistado milhares de adeptos devido a seu ‘simplismo de pensamento’, ou até mesmo utilizado pelo escritor cearense como tática política para rivalizar com Plínio Salgado, segundo Trindade, concordamos com Cytrynowicz (1992) quando afirma que o antisemitismo é o eixo central da produção de Gustavo Barroso.

Uma corrente historiográfica sobre a gênese antissemita de Gustavo Barroso é representada por Tucci Carneiro, que aproxima Barroso do Nazismo, sem ver nele um ‘racista’. Para Carneiro, o racismo de Barroso é um ‘racismo político’. É problemático entender o que uma autora do porte de Carneiro concebe por ‘racismo político’, preferimos a ideia de se tratar de um escritor racista motivado por questões políticas, forte argumento quando se trata de identificar a camada social de camisa verde. A historiadora identificou todo um discurso de intolerância e de preconceito do Estado brasileiro às populações judias quando analisou as circulares secretas manipuladas pela Elite Rio Branco. Lembremos que a constituição de 1934, conforme Milgram “estabeleceu pela primeira vez normas e leis para regular a entrada de estrangeiros”, somada a toda a admiração do escritor cearense pela política do III Reich. A considerarmos o ‘racismo político’ de Barroso, seu antisemitismo incidia sobre o judeu conspirador, símbolo do mal, desprovido do apelo racial (Lesser 1995). Conforme Tucci Carneiro o Estado brasileiro ficou em silêncio frente o descaso das populações judias, não bastasse o massacre nos campos de concentração nazista, ‘sob as máscaras do nacionalismo’ o Estado encobriu a brutal política de hostilidade aos judeus (Carneiro 2001).

O clássico trabalho de Anita Novinsky aborda historicamente a situação dos cristão-novos, mostrando restrições de mobilidade social a estes, quando se sabe que mesmo no momento da Inquisição em Portugal existiu um ‘Código sobre Pureza da Raça’, tema que Carneiro em livro específico tratou de abordar. Notemos que ainda que este seja o ‘antissemitismo tradicional’, presencia-se claramente a existência um elemento racial, que é a ideia de pureza de raça! (Novinsky 1992).

Carneiro reconhece em Barroso um antissemita de ‘corte moderno’, mais próximo ao Nazismo do que simpatizante de um antissemitismo de traço clássico religioso. Para sustentar sua tese acerca do escritor cearense, arrola a influência de autores racistas como Bertrand, Léon Bloy, Edouard Drumont, Bernard Lazare e Leon de Poncis. É de se perguntar se diante a influência de tais escritores racistas, Carneiro concebe o antissemitismo de Barroso como sendo um ‘racismo político’.

Carlos Nóbrega de Jesus defende o posicionamento radical de Barroso, em contraposição às posições de Plínio Salgado e Miguel Reale. De outro modo, não apenas Barroso aderiu ao antissemitismo, como os demais líderes do Integralismo o fizeram, a diferença era que o líder cearense defendia abertamente seu antissemitismo, ao passo que Salgado e Reale diluíram a hostilidade ao judeu ora combatendo o comunismo, ora ao capitalismo. Discussões políticas acerca de pontos essenciais do Integralismo, no que pese as divergências teóricas não escondiam o antissemitismo de Barroso, de Plínio e de Reale. Para Nóbrega, “da mesma forma que Barroso, o chefe do Sigma e Miguel Reale encobriram seu antissemitismo na suposta luta contra o domínio do capitalismo estrangeiro, em nome da defesa da nacionalidade” (Jesus 2006, 117). Ainda com Nóbrega, o judeu, na visão de Barroso, era simbólico, tese tomada de empréstimo de Lesser,

espalhando seu ódio às ideologias a ele associadas como o Iluminismo, Comunismo, Capitalismo e Protestantismo. Nóbrega conclui que: “é importante salientar que o aparente nacionalismo do título e dos conteúdos das obras do autor é subproduto do antissemitismo explícito, fundamentado em concepções difamatórias e discriminatórias, que revelam o caráter racista do autor” (Jesus 2006, 117).

Outra corrente historiográfica que caracteriza a natureza antissemita de Barroso destituído de racismo traz nomes como os de Antônio Rago (1989), que em âmbito maior tece fortes críticas ao trabalho de Héliog Trindade (1977), no que tange a assimilação do ideário fascista no seio do integralismo, apoiando-se no livro clássico de José Chasin (1978). Para o autor, a posição de Barroso não tinha ligação racial, estava ligada a aspectos morais, uma vez que o judeu era retratado como eterno conspirador, açambarcador, parasita e ganancioso, dificultando assim, a formação da cultura brasileira. Dessa forma, a hostilidade de Gustavo Barroso não era sintoma do Nazismo, pois o escritor não defendia o confinamento dos judeus em guetos, seu plano seria mais amplo e profundo, começaria por meio de uma revolução espiritual, conforme pregava o Manifesto Integralista. As crenças católicas de Barroso, seu caráter forte e o apego às tradições justificariam assim seu antissemitismo.

Barroso é um divulgador da eficiência política dos regimes fortes, que rechaça a participação do povo na formação do novo Estado brasileiro, pelas vias do liberalismo democrático, sentido de sua crítica à figura do judeu. Mas, a linguagem do escritor cearense não deixa dúvidas de seu racismo, utilizando termos nazistas como ‘vermes’, ‘bactérias’, ‘micróbios’, ‘parasitas’, ‘cupins’, ‘camarilha de ladrões’, termos que atestam

claramente seu projeto de eliminação de um povo ou de uma raça que precisava ser eliminado para ser possível a formação de um novo Brasil, semelhante ao discurso racial do III Reich.

Liberalismo

Um dos pontos marcantes na obra integralista de Gustavo Barroso é o combate que o escritor faz sobre o liberalismo. Para este o liberalismo político e econômico é uma ‘criação judaica’, reflexo do pensamento materialista que tem suas origens desde os filósofos pré-socráticos. Ainda que este irrompa com toda a força após a Revolução Francesa, o liberalismo está ligado à figura do ‘judeu parasitário’, homem ganancioso, sem pátria, desde remota época.

Traços presentes na modernidade, como por exemplo, a sede pelo lucro fazendo com o que o judeu não medisse esforços em busca do capital, a ganância de um ser apátrida que erra pelo mundo compõe o complexo imaginário compartilhado por Barroso e outros integralistas. É fora da história, ainda que particularidades ou inclinações do judeu se manifestem nesta que se encontra o judeu avistado por Barroso, um judeu segundo Lesser (1995) visto pelas elites europeias, reproduzido pelos setores de direita do Brasil. Trata-se de uma visão mítica, pois nem todo o judeu é rico, essa é apenas uma das várias generalizações de Barroso, que quando muito retrata a realidade de um pequeno número de pessoas (Cytrynowicz 1992).

O judeu analisado por Barroso é o banqueiro, investidor, homem ligado aos mais variados segmentos comerciais, indo desde a venda de armamentos até as redes de prostituição de mulher como a conhecida Zwi Migdals. Para Barroso o liberalismo nasceu da decadência do mundo hierárquico, colocando em xeque a ordem social

harmônica regida sob o ‘trono e o altar’, permitindo o aparecimento dos instintos e a engorda do capital.

Dividido pela separação dos três poderes, alicerçado na soberania que dava liberdade ao homem ao mesmo tempo em que tirava o poder natural do Chefe de Estado, o ‘sufrágio universal’ representa para Barroso a ‘anarquia do número’. O liberalismo é o grande inimigo do Estado, responsável por todos os elementos componentes da decadência social, como o socialismo, o comunismo e o anarquismo. Defensor de um verdadeiro ‘Estado Social Cristão’, sufrágio universal para Barroso significa irracionalidade, porque abre o processo político a turba ou massa de ignorantes que já Guizot chamava atenção.

Responsável por uma série de prejuízos, o liberalismo (leia-se aqui ideias liberais) esteve presente desde a traição de Judas até a materialização de suas ideias, na Revolução Francesa. Após 1830 o mundo entrou em decadência pela reivindicação socialista, em razão da primazia da ‘matéria’ sobre o ‘espírito’, representando uma crise geral, destruindo as bases morais, que segundo Barroso explicava a emergência das ideias liberais, como também a ruína do mundo perfeito da sociedade medieval, possibilitando “uma crise em cada consciência e uma miséria moral em cada alma” (Barroso 1934, 12). Presente no Renascimento e na Reforma Protestante, liberalismo em Barroso é algo genérico, é antes de tudo um pensamento que tem por base a matéria e não o espírito, razão para o combate do escritor ao marxismo, a maçonaria e ao comunismo, a todo e qualquer movimento que vai de encontro a sua lógica ordenada harmonicamente, que tem como arcabouço a palavra de Deus.

Barroso é defensor de um Estado (‘Estado Social Cristão’, ‘Democracia Cristã’, ‘Democracia Orgânica’, algumas denominações utilizadas pelo

integralista) onde o poder é dado por natureza, não existem homens capazes de atingirem as teias do ‘Estado totalitário’(o Estado perfeito), senão intelectuais, uma meia dúzia de pessoas que detém o conhecimento e podem governar. Dessa forma, ‘sufrágio universal’ para o camisa verde significa ‘anarquia do número’, trata-se apenas como salienta Barroso remetendo a Faguet do surgimento de uma era da mediocridade que produziu dois grandes vícios: o culto da incompetência e o horror das responsabilidades. Todo esse estado de coisas foi golpeado por homens do século XVIII, que após 1830 viram a ruína total dos tempos que Barroso tanto falava, no caso, os idos medievais. Em crise, alguns pensadores criticaram o Estado absoluto, que não considerava a opinião do povo, pois só poucos votavam (tome-se, por exemplo, o pensamento de Rousseau e Hobbes), presenciou-se “uma crise em cada consciência e uma miséria moral em cada alma” (Barroso 1934, 12) acordando de um lado as reivindicações socialistas diante do radicalismo anticlerical e do comunismo; e de outro, “fazendo as mais covardes concessões” (Barroso 1934, 12).

Foi nessa estrutura sociopolítica que segundo Plekhanov, (um dos leitores de Marx), emergiu o marxismo, para Barroso ‘o filho rebelde ou mal criado da burguesia’. Com princípios políticos contrários à estrutura hierárquica da sociedade medieval é que surgiu “a inundação sangrenta e lamacenta da democracia liberal afim de tudo açambarcar e fazer pastar os dóceis rebanhos dos povos embrutecidos sob o cajado de ferro do Messias materialista” (Barroso 1934, 15). Aqui reside o cerne que originará todas as mazelas ou prejuízos ao Estado moderno, onde se verá predominar o individualismo dissolvente, a ganância e a redução do homem à mercadoria, causados pela liberal democracia. Preso a um ‘Estado Totalitário-ideal’ em que todos os elementos constituintes desse todo

funcionam de maneira harmônica, Barroso disserta sobre a ‘origem real’ da sociedade e do Estado. Em sua ótica o liberalismo foi responsável por uma nova ordem, o racionalismo do século XVIII que derrubou o Antigo Regime andou sempre de mãos juntas aos interesses do judaísmo. Aliás, Barroso fala diretamente em ‘racionalismo e filosofia de judeus’, um complexo movimento de ideias datado desde a queda de Roma, afirmava que tais ideias eram vozes das forças secretas.

A vida espiritual de outrora vinha sendo minada por esse racionalismo que do século X ao XV tirou inspiração de uma glosa do tratado Baba-mezia do Talmud, caracterizando o neo-messianismo, que dizia: “a razão não está mais oculta no céu”. A naturalidade do poder não estava mais no plano superior a dos homens, sendo incontestável, era agora pensada e questionada sobre a melhor forma de governo rodeada pela cara ideia de soberania. Aqui um novo mundo se apresentava, quebrou-se a unidade da sociedade harmônica de outrora, nem a monarquia absoluta de Bodin se aproxima ao mundo de Barroso. Só o regime fundado pela ideia espiritual a partir de NSJC que tem o Chefe como personificação deste é capaz de promover a ‘Justiça Social’ e o bem maior de toda a sociedade, trazendo o advento da ‘verdadeira democracia’. Tudo que vai de encontro à sociedade onde ‘Deus rege o destino dos Povos’ é tenazmente combatido por Barroso. Por isso é que o naturalismo apareceu na mente de homens como Rousseau, que para o escritor confundia o conceito de Estado com o conceito de Sociedade. Responsável por esse naturalismo foi que o Renascimento produziu o Realismo, originando o racionalismo, “pai consciente do individualismo”.

Tais formas de pensamento ou visões de mundo são fortemente combatidas por Barroso, pois derrubam a infalibilidade de todo um quadro social e político regido pelo ‘sagrado’, algo incontestável, pois a

certeza é assegurada pela ordem natural das coisas, tornando dispensável qualquer tipo de contestação à mensagem autoritária. Contrário ao modelo de sociedade já dividida por natureza, o marxismo (representação das forças judaicas), é fortemente combatido. Trata-se de um pensamento caduco, que ‘ia mal das pernas’, que bebia de empréstimo a ciência burguesa, algo contraditório para o integralista, como era uma ‘falsa ciência’, porque priorizava o material em detrimento do espiritual. Para Barroso não existe um direito natural racionalista, uma vez que o poder é natural, isso explica sua crítica a qualquer contestação ao seu modelo de ‘Estado Cristão’. Eis a razão de suas críticas a pensamentos que indicam modelos de Estado baseados na análise, como o Positivismo, o Marxismo ou organicismo de Spencer, pois “todos esses sistemas se esteiam numa fé absoluta da razão humana” (Barroso 1934, 16).

Aqui se toca no ponto nodal da concepção política do Estado proposto pelo integralista, que é o tema da soberania, onde resplandece uma particularidade fascista. Escrevia Barroso que o liberalismo com sua filosofia racionalista já ‘estragava’ a política bem antes da Revolução Francesa, explorando as oposições do povo a fim de galgar posições. Citando Broglie, pomposamente denominando este de liberal se viu a destruição do antigo quadro social. Barroso levanta uma complexa discussão sobre a legitimidade do poder, remetendo ao Direito romano em defesa de um ‘Estado Totalitário’, combatendo a soberania popular, e assim o direito de voto, seja este público ou privado. Anotava que desde Cícero se discutia a natureza do voto, “pelo sufrágio universal e pelo direito de greve o vírus comunista penetrou na sociedade liberal-democrática burguesa, que nada produziu de realmente grande ou forte”, (Barroso 1934, 19) e mais: “já a Bíblia sabiamente

aconselhava a não entregar a turba o julgamento dos feitos e a jamais inclinar a balança ao peso do número” (Barroso 1934, 18).

Citando as propostas de Montesquieu, Macaulay, Cromwell e Ernest Jones, Barroso alertava para o risco da anarquia de uma sociedade que tivesse por princípio político a soberania, pois o resultado seria o caos. A ‘anarquia do número’ com a ‘turba’ participando do processo político levaria ao ‘amoralismo político’, dentre tantas outras posturas amorais que impediam a formação de um ‘Brasil forte’. Sem doutrina moral, sem plano geral de produção, sem ideal superior, estaria morta a disciplina, suscitando o “espaventoso crescimento do argentarismo sem pátria e sem coração” (Barroso 1934, 20). O liberalismo falhou como forma de ‘Justiça Social’, a liberal democracia havia permitido a análise, propiciando o individualismo e a escravização do homem, colocando o mundo em decadência. Toda a sociedade humana sentiu a falta da ‘universalidade moral’, o que justificava o terrível quadro da exploração do homem pelo homem e tantos outros males, associados diretamente ao liberalismo. A conjuntura mundial no plano econômico, social, cultural e religioso, foi marcada pelos males do liberalismo, que afastou o espírito e assim eliminou o “supremo princípio moral das sociedades”, levando ao individualismo e todas as mazelas provocadas pelo olhar maquiavélico de um mundo regido pelo capital, donde a ‘escravização do homem pelo homem’ e o desconhecimento de si mesmo, afora tantos prejuízos.

As garantias materiais ou morais que o liberalismo oferecia eram precárias, fosse em decorrência do voto público ou secreto. Defensor de uma sociedade rigidamente dividida, somente possível com o auxílio da Moral, esta transmitida pela Igreja, para Barroso o ‘supremo princípio moral das

sociedades' era incompatível com a ideia de individualismo, traço marcante do liberalismo. Neste panorama caótico é que surge a alternativa socialista, mero parente ('irmão gêmeo') do liberalismo, se apresentando como "biombo constitucional e permite a ação destruidora contra as poucas paredes sociais que ainda subsistem" (Barroso 1934, 18).

Tácito inimigo dos regimes de esquerda, o liberalismo destruiu o modo de vida medieval, socialmente harmônico, onde cada classe ocupava seu espaço na ordem natural, constituindo um verdadeiro 'Estado Social Cristão'. Uma série de acontecimentos tinha ligação com o liberalismo e até mesmo Marx (reproduzido por Barroso) quando Emile Ollivier decretou o Império liberal, frente ao posicionamento de seu agente Tolain, escrevia a Engels afirmando o seguinte: "o cavalo de pau entrou em Tróia" (Barroso 1934, 19). Uma boa passagem sobre os prejuízos do liberalismo é a que se segue

Porque todas as formas criadoras e criadas que não soube unir, manter e canalizar, lhe escaparam das mãos imbeles e viu, egoisticamente frio, a máquina dominar o homem, sem dar um passo para que o homem dominasse a máquina. Porque consentiu que a Matéria marchasse orgulhosa e violenta contra o Espírito, preocupado tão somente em cobrar o imposto, fazer a polícia e gerir mal a administração. Porque entendeu que os problemas nacionais se resolvem por meio de combinação de ministérios, de alianças de partidos e de conchavos de chefes políticos. Porque foi incapaz de encarar firmemente estes problemas e de firmemente resolvê-los, deixando que, com o tempo, se tornassem insolúveis. Porque viveu continuamente de polêmicas, de sucessões governamentais e de crises, dando à imprensa uma liberdade degenerada em licença anárquica e anarquizadora, desorientando os espíritos,

mercadejando as opiniões, pondo a honra e a reputação dos homens de bem ao alcance das injúrias de qualquer foliculário barato, e prostituindo no balcão os mais sagrados interesses da pátria. Porque, pregando o anti-clericalismo, traficou sempre com o clero e, negando a religião, fingiu hipocritamente respeitá-la. Porque somente produziu gozadores desonestos, e descontentes, e desfibrados, e desiludidos. Porque chegou a tal ponto de descrédito que, no seu seio, só o socialismo acabou sendo um ideal, tanto que d'Annunzio, jovem e deputado, o escolhia por preferir a vida à morte. Porque, enfim, revelou sua falta absoluta de ordem e gênio na solução de quaisquer questões políticas, econômicas e internacionais, atirando o mundo a fogueira da conflagração, repetindo em Versalhes os erros crassos do tratado da Vestfália, não sabendo liquidar os salvados desse formidável incêndio e produzindo somente miséria e inquietação (Barroso 1934, 20-1).

Diante dessa ordem de coisas, o liberalismo provocou um verdadeiro caos político e social, introduzindo nas pessoas o ceticismo, o desdém e a amargura, premiando os ineptos e perseguindo os homens preparados. Como anota Barroso, o liberalismo acabou sendo um regime que sobreviveu alimentado por 'balões de oxigênio', numa sociedade 'apodrecida até a medula', em que todas as crenças e todas as opiniões pareciam ridículas, onde "todos se entendiam após haverem tudo gozado e onde muitos prestam ouvidos as sereias anarquistas ou comunistas" (Barroso 1934, 22). O mundo havia entrado em decadência. Escritores, mulheres doidivas, professores e magistrados sinalizavam essa decadência produzida pelo individualismo, que desconsiderou o ideal maior da nação. É nesse cenário que surge a mensagem comunista como alternativa política para resolver a Questão

Social, porque “o liberalismo por toda a parte entrou em agonia, falhou como forma de Justiça Social” (Barroso 1934, 23). O caminho ao marxismo estava aberto e a mensagem conclamando os operários surgia como a grande alternativa política!

Barroso é um pensador avesso à participação dos homens no processo político por acreditar que o melhor regime político se dar a partir da mensagem ‘divina’ de Tomás de Aquino, que traz uma seleta ‘elite de eleitos’ na configuração da sociedade e da melhor forma de representação política. Como o exército, que estar à frente do Estado, resguardando-lhe contra possíveis ataques, a Igreja possui a credibilidade por ser ter em quadro homens capacitados, intelectuais, na formação do ‘Estado totalitário’, a imagem e semelhança da ‘Cidade de Deus’. É com a liberal democracia que Barroso pontua a infinidade de prejuízos causados no Brasil e no mundo, acreditando que esta seja a manifestação de uma ‘filosofia do mal’ manietada pela figura do judeu, que quebrava os ‘lineamentos sociais’ do mundo harmônico dos idos medievais.

Tamanho eram os prejuízos liberais que levava o escritor a afirmar que “a democracia liberal criou por falta duma doutrina de conjunto um caos político e social, injetou nas almas o desdém, o ceticismo e a amargura, e premiou todos os ineptos e flexíveis, desprezando, se não perseguindo, os altivos e preparados” (Barroso 1934, 22). Em todos os seus trabalhos o integralista trata de apontar o liberalismo como causa central dos males mundiais, uma vez ser este ‘criação judaica’. O racionalismo dos enciclopedistas, a ideologia liberal presente na Revolução Francesa, somado aos movimentos de 1830, 1848 e 1917, são para o autor a continuidade de um complexo movimento ligado à figura do judeu, um ser ‘sem amor à pátria’, apto a trair as nações, com o objetivo de destruir as sociedades cristãs e sua paz social, “a coisa mais engraçada deste mundo

é o judeu fingendo-se nacionalista, patriota, não solidário do seu nomadismo ratoneiro, fazendo como os ciganos andejes, que não se misturam com ninguém, porém não se metem a sebo na casa alheia” (Barroso 1937, 77-8).

O combate de Barroso ao liberalismo político se dar porque segundo o escritor este não traz a ‘verdadeira democracia’, aquela que não escraviza o homem, permitindo assim, condições de uma vida digna. Era urgente no cenário apontado pelo escritor, momento de agudas contradições das ‘forças do capital’, solucionar a ‘Questão Social’. Prosseguia Barroso afirmando que o liberalismo atuante em sua frente política e econômica não resolveu o maior problema do Brasil e da humanidade, que era a questão da sobrevivência humana, que tronou o homem mero número, uma vez inserido na lógica reprodutiva do capital. Os problemas acarretados pela evolução do processo técnico trouxeram a miséria e a total desassistência por parte de um Estado que permitiu a ‘equidade política’, capacitando o povo de participar das decisões políticas. Mas, a democracia pelas vias liberais era uma ‘falsa democracia’, refém de determinados grupos que buscavam simplesmente seus interesses acima dos interesses nacionais. Prosseguia o camisa verde afirmando que a cidadania chegava para poucos, a grande massa arregimentada no discurso pela ‘soberania nacional’ conforme os princípios outorgados pela Revolução Francesa favoreceu os interesses de pequenos grupos que se utilizou do Estado, mantendo as condições de existência e de trabalho da população inalteradas. Com um estratégico e perverso discurso de ‘equidade política’ que em tese democratizava tanto politicamente como economicamente o povo, a garantia do voto e a não intervenção do Estado na economia não solucionou a ‘Questão Social’. Os

ideais de liberdade e igualdade trouxeram a ‘democracia política’, mas não a ‘democracia social’, a mais importante questão de cidadania. Liberdade e igualdade significam para Gustavo Barroso argumentos ou falácias para o domínio de pequenos grupos. A seu ver o povo não conseguia ter cidadania porque a liberdade apregoada pelo liberalismo vetava as condições de acesso a esta, o que era paradoxal. Seguindo o escritor a ‘verdadeira democracia’ seria aquela que permitisse a população melhores condições de vida num momento onde esta não possuía as mínimas condições de sobrevivência.

A democracia aspirada por Barroso somente é possível a partir de seu modelo de ‘Estado Social Cristão’. Barroso pontua veementemente a democracia liberal sendo um regime que contou com a participação de todos na formação do Estado, mas poucos eram os verdadeiros atores políticos. O direito ao voto e a garantia da propriedade privada em um regime liberal trouxe as mais perversas desigualdades sociais, daí sua defesa por uma ‘democracia autoritária’, elaborada pelo projeto político integralista que tem a estrutura social dividida não em partidos, mas em corporações: “a mocidade integralista está imbuída da ideia de que todos os males, como aliás, os do mundo, são provenientes do liberalismo. Justamente por isso é que os integralistas querem implantar a democracia, a verdadeira, a democracia orgânica corporativa e cristã” (Barroso 1937, 175).

Para o integralista a ‘verdadeira democracia’ que traz ao homem a segurança mínima para sua sobrevivência baseia-se numa ‘democracia orgânica’ (‘totalitária’ e não ‘autoritária’), em que a figura do líder embute aquilo que é necessário para a liberdade humana, pois o sujeito cria o Estado e nele se amolda a partir de sua ‘capacidade individual’. Num período tenso da política

brasileira, ecoava novamente no Estado brasileiro o ‘pensamento autoritário’ (veja, por exemplo, o pensamento de Oliveira Viana e Alberto Torres, dentre outros), que tempos depois seria recuperado pela pena de Gustavo Barroso. Assimilado pela direita conservadora brasileira a partir de figuras como Alberto Torres, Azevedo Amaral, Miguel Reale, Francisco Campos, Afonso Arino, dentre outros, a supervalorização do Estado frente à Sociedade facultou a interpretação de uma ‘teoria das elites’ que defendia uma forma de governo autoritário, com particularidades fascistas, no que pese a singularidade do integralismo. Como vemos em seus textos, Barroso se deparou com os males do liberalismo brasileiro que após a Carta Constitucional de 1891 não resolveu o problema da ‘Justiça Social’,

A República tem vivido eternamente nas ditaduras dos estados de sítio ou de guerra. A Constituição que todos invocam com os olhos em alvo, como num tutelar, é um fardo incomodo que a República traz encafuado no sótão. No dia em que a puser em estado de funcionar, o Brasil estará perdido” (Barroso 1937, 71).

A visão de democracia do escritor cearense é incompatível com a democracia oferecida pelo liberalismo, responsável pela pobreza e pela fome, afora tantos outros elementos. Dessa forma, para o integralista a democracia liberal é a principal responsável pelos males do Brasil e do mundo. Uma das razões desses males é a falsa liberdade política, que traz a ‘equidade política’, ocasionando justamente o triste quadro de miséria social. Somente destruindo a liberal democracia é possível um mundo melhor, sem a exploração das classes, do ‘homem pelo homem’. Contra a ganância, traço inevitável da ‘força do capital’, o sentimento e alteridade substituiriam o individualismo e o discurso coletivo dos seguidores

de Marx, que “acabou falhando como Justiça Social”. Lembremos que o contexto histórico criticado pelo autor, o período republicano em seu primeiro momento (1891-1894) e todo o período da República Velha não ofereceu à população brasileira as mínimas condições de sobrevivência. Acessível a poucos, o Estado brasileiro sempre esteve nas mãos de pequenos grupos, garantindo cada vez mais seus poderes, tornando mais difícil as condições de vida da população em geral.

Tudo que emana da liberal democracia é tenazmente combatido por Barroso, pois gera pobreza, miséria, corrupção, individualismo, que o autor associa as ‘forças secretas’, ‘criação judaica’. Na liberal democracia o homem paradoxalmente experimentou a miséria em uma estrutura social de diversas classes, acreditando em sua cidadania e na garantia de sua propriedade privada. Era a ‘falsa democracia’ que Barroso combatia surgida com os ares liberais da Revolução Francesa. O que dizer dessa ‘democracia’ responsável pela miséria social em um mundo onde o ‘Capitalismo Internacional’ se tornava cada vez mais forte? Que dizer da história do Brasil profundamente marcada por esse liberalismo, presente em todos os nossos movimentos políticos, como bem anotava o autor? O que apontava o escritor para resolver a ‘Justiça Social’ em um país que antes mesmo da presença do colonizador já era refém do ‘Judaísmo Internacional’? Qual a democracia proposta por Gustavo Barroso? É pela via dos sindicatos que a verdadeira democracia é possível, é por meio de um pensamento humanitário e espiritual que a ‘Justiça Social’ não resolvida pela liberal democracia se torna uma realidade, “O Estado Corporativo Brasileiro é uma verdadeira democracia orgânica, pois resulta dos sufrágios dos sindicatos, federações e corporações. A base do Estado reside na família. Das famílias nasce o município. E os sindicatos se organizam nos

municípios. A organização vem de baixo para cima, nasce do próprio povo” (Barroso 1936, 18).

Rejeitando a falsa democracia liberal, que abria espaço para pequenos grupos chegarem ao poder agenciando seus próprios negócios (o judeu é a figura que interessa ao integralista), prosseguia Barroso afirmando que só o integralismo traria a verdadeira democracia, capaz de prover a cidadania, tornando possível a dignidade humana. O cidadão brasileiro não seria escravo de um grupo de pessoas que prometeu a liberdade, mas que paradoxalmente acirrou a luta entre as classes, levando a miséria e o caos, dentre tantos outros fatores. Liberdade e igualdade para Gustavo Barroso significam farsa, ‘anarquia do número’, ideologia a serviço de grupos dominantes que em tese prometeram melhores condições de vida quando de um Estado não intervencionista, mas só aumentou a desigualdade e o domínio de pequenos grupos.

Contra a democracia propugnada pelos moldes liberais o integralista sugere “a democracia integral, baseada sobre a consideração do homem político, moral e econômico” (Barroso 1935, 103). Trata-se para Barroso de um Estado organicista que viabiliza uma ‘democracia orgânica’, um ‘Estado Forte’ que tem por modelo o ‘Estado totalitário, que não deve ser confundido com ditadura ou domínio de um tirano. Barroso diversas vezes aludia aos regimes de Hitler e Mussolini, e em menor grau ao de Salazar, por serem estes ‘regimes renovadores’ que tinham como fundamentação ideológica o espírito, de combate às forças nefastas do ‘Capitalismo Internacional’. Seguramente se defendendo contra a pecha de fascista, argumentava que as condições do Brasil eram diferentes do fascismo de outros países, sobretudo da Itália, salientando a singularidade brasileira com relação à tradição italiana dos césores, com a força representada pelo fascio. Com relação à Alemanha que explorou como

nenhuma nação a ‘identidade racial’, em seu tortuoso processo de formação nacional, inspirando seus escritores historiadores e filósofos, em busca das raízes (alma) nacionais, Barroso concordava com o apelo racial do nacional socialismo de Hitler, mas considerava o Brasil um país ‘sem guerra entres as raças’.

É preciso entender as críticas de Barroso à liberal democracia para que possamos entender sua defesa por um ‘Estado forte’. Um dos fatores mais importantes de sua admiração pelos ‘regimes fortes’ era serem tais regimes de ‘renovação espiritual’ que combatiam a matéria, fundamento dos regimes propostos pela liberal democracia. A Moral, elemento indispensável da filosofia integralista regeneraria os problemas brasileiros na implantação de um novo pensar, de uma nova forma de ver e de sentir, no caso, o ‘Regime Integral’. A caótica conjuntura mundial provocada pelo liberalismo somente seria resolvida com um Chefe político, como nos modelos italiano e alemão,

Sem o apelo a tradição, é impossível reformar a moral dos povos. A tradição é o ensinamento, a experiência, a solidariedade, o exemplo. O Estado Total, que fusiona Estado e Sociedade, de Carlos Schmidtt, que o propunha, em 1931, a Alemanha ainda a espera do triunfo hitlerista, estende no passado suas raízes como uma árvore as aprofunda no ubertoso seio da terra. Os antigos chamavam á tradição “culto dos antepassados”. Esse culto é o único capaz de manter coesas as sociedades. Por isso, o judeu o conserva ciosamente em si, mas procura destruí-lo nos outros. Quando a lição tiver aproveitado aos povos cristãos e eles se apoiarem nesse culto, o judaísmo perderá noventa por cento de sua força destruidora. Será o começo do seu fim (Barroso 1934, 164).

Concluía Barroso que “na Alemanha liquefeita pelo

liberalismo aliado a saturação judaica, o movimento de Hitler teve de buscar um apoio ainda mais profundo do que a simples tradição jurídica e política. E este foi à raça” (Barroso 1937, 164-5). Manietado pelo judeu, as ideias liberais representavam o ‘mal’, significava individualismo, um dos elementos marcantes do espírito capitalista que ‘passava por cima’ de qualquer coisa, o que interessava era a sede pelo lucro. Somente um ‘Estado forte’, com ‘pontos de contatos’ com o fascismo e não ‘debaixo de uma ditadura arbitrária’, sob a ideia de totalidade poderia deter a nação brasileira dos inúmeros prejuízos provocados pelo liberalismo. Este achatamento do modelo de Estado brasileiro, baseado na Carta Del Lavoro era o modelo de Estado brasileiro defendido por Barroso, onde o trabalhador confundia-se com as necessidades do país, conquistando ‘automaticamente’ sua propriedade privada, tendo dignidade na vida e alcançado sua liberdade na ‘verdadeira democracia’. Contra os prejuízos do liberalismo (“o livre arbítrio dissociador já apregoado na Mischna do rabino akiba”), contra o determinismo defendido pelo comunismo, contra o governo da ‘fraseologia liberal’ acompanhado pelo internacionalismo traiçoeiro, só um ‘Estado forte’ para conter a triste situação política do Brasil dos anos 1930. Diante desse cenário é que Barroso defende o ‘Regime Integral’, que conforme suas palavras trata-se de “um movimento cristão. O integralismo tem suas bases filosóficas e morais na doutrina de NSJC, nos evangelhos” (Barroso 1937, 31), este era “o maior movimento brasileiro após a abolição da escravidão e da Proclamação da República”, todos os esforços faziam-se necessários para conter a democracia liberal que por falta de “uma doutrina de conjunto um caos político e social injetou nas almas o desdém, o ceticismo e a amargura” (Barroso 1934, 22).

Barroso é um escritor cristão, influenciado pela ideologia católica, que reabilitou a tradicional política de Aristóteles, somado a particularidades do integralismo, como por exemplo, a ideia de que ‘Deus dirige os destinos dos Povos’. Vemos que seu pensamento baseia-se no pensamento católico, contrário aos regimes de esquerda, considerado ‘amoral’. Não menos importante é o combate à matéria, razão para a crítica aos movimentos céticos e anticristãos, como o comunismo (Motta 2002). Dizia Barroso que a filosofia de Marx era a anti-igreja!

É interessante notar que todo o pensamento do escritor se volta contra o judeu, este é o responsável pelo surgimento da liberal democracia, razão de seus duros ataques à figura deste num período de ‘indefinição política’ (Chaui 1978; Gomes 2005), quando as elites tradicionais brasileiras temiam perder seus espaços no novo quadro político de incertezas. Economicamente o Estado brasileiro viu a urgência de um diálogo entre cafeicultores arruinados devido à crise de 1929 e de setores médios compostos por profissionais liberais, no momento em que chegava ao Brasil a ideologia comunista e anarquista, demonstrando o perigo desta real alternativa política. Essa conjuntura deu sentido ao movimento que trouxe a cena política o Integralismo, tendo como seu principal adversário o liberalismo. Grosso modo, este foi o cenário que colocou no poder o estrategista Vargas que de forma magistral dialogou com todos os setores, antes de instaurar a ditadura no país. O temor pelas mudanças, pelo ‘moderno’, pondo em risco a situação privilegiada de homens bem estabelecidos, lógica essa presente no cenário de alguns países europeus, como por exemplo, França, Rússia e Alemanha, explica o posicionamento de uma figura como Barroso, rechaçando regimes democráticos e saindo em defesa de um ‘Estado

forte’.

Gustavo Barroso reabilita toda a discussão em torno de um ‘pensamento autoritário’ para formação de um novo Estado brasileiro, formado por escritores e futuros políticos, como Oliveira Viana, Alberto Torres, Azevedo Amaral, Francisco Campos, etc., figuras públicas, que comporiam os ministérios do governo varguista (Lamounier 1985). Para além de uma interpretação maniqueísta que reduz Barroso a um simples divulgador do ‘fascismo genérico’ (Athaides 2014), algo que não avança na investigação histórica, para o escritor a democracia só viria dentro de um ‘modelo orgânico’ e funcional, eliminando qualquer sobressalto das partes, “Para organizar, portanto, um Estado, é necessário conhecer as unidades que o compõem e os problemas dessa sociedade, isto é, primeiro o conhecimento das partes e, depois, o conhecimento do todo. Demais, para que exista o verdadeiro estado, é imprescindível que os homens estejam unidos e não divididos” (Barroso 1934, 9). O modelo de Estado seria preenchido por uma sociedade ‘obediente’ ao Chefe político, a figura que sabia dos problemas do país e como solucioná-los. Embora leigo, sem capacidade para participar das decisões políticas, a participação do povo era de fundamental importância por se identificar com a nação. Barroso e outros integralistas são intelectuais que apostam na eficiência do modelo político criado por um exército de intelectuais, capazes de apontarem os rumos para criação de um ‘Estado forte’, em sua ótica de melhores condições para o povo, facultando o advento da ‘verdadeira democracia’. Deve-se reconhecer que o integralista criticou o marxismo antes de tudo por pensar que a filosofia materialista de Marx ia de encontro ao modelo de sociedade ‘integral’, onde cada classe ocupava seu espaço no complexo ‘organismo social’. Somente uma sociedade hierarquizada com a

eficiência política das corporações (esta formaria as Câmaras Municipais, Governadores e Câmara Suprema), seria possível criar a nação brasileira. Ao invés de partidos, as corporações ditariam a cena política do país

O Estado Corporativo realizará a verdadeira união de todos os brasileiros, pois estes deixarão de se agrupar, no domínio de suas atividades públicas, de acordo com os critérios partidários ou regionais que tem dividido a nação, passando a se organizar pelo critério dos interesses espirituais, morais e materiais da profissão (Barroso 1938, 59)

Para respaldar o regime corporativo proposto pelo integralismo

O estado integralista reconhece Deus como liberdade de consciência religiosa, fomenta, dirige e disciplina a cultura em todas as suas manifestações; defende as tradições e a família; mantém o direito de propriedade, obrigando-o a deveres que o liberalismo esqueceu e põe os interesses da pátria sempre acima de quaisquer injunções dos interesses de grupos ou de indivíduos” (Barroso 1937, 59).

Como se ver, o projeto de Brasil pensado por Barroso passava pela eliminação do liberalismo, apenas o ‘movimento integral-espiritual’ seria capaz de regenerar o país, realizando uma volta a suas tradições em um país que não enfrentou ‘guerra de raças’, somada ao combate a todas as ‘manifestações judaicas’. Não sem razão afirmava que “o integralismo é uma ação social, um movimento de Renovação Nacional em todos os pontos e em todos os sentidos”.

Não é gratuito que os anos de 1920 seja os anos de criação da Questão Judaica (Chor, 1999), momento que viu a gestação de mais um projeto nacional brasileiro, um complexo processo político,

econômico e discursivo que acionou a temática racial, considerando a figura do judeu como o principal elemento ameaçador da formação do novo Brasil. Ângela de Castro Gomes analisa de forma minuciosa a ‘democracia autoritária’ propugnada pela geração de Barroso

(...) a nova democracia brasileira procura também, por conseguinte, preservar a liberdade e respeitar o indivíduo, ao contrário de um regime totalitário que, sobrepondo-se ao homem, reduz tudo ao Estado. Porém, já não se trata do reino do livre-arbítrio individual que ignora o interesse social e minimiza o papel do Estado, como ocorre no liberalismo. A democracia brasileira propõe a prevalência do princípio da autoridade não como obstáculo à liberdade individual, mas como o único meio legítimo de sua realização. Deve haver uma sincronia perfeita entre os ideais da coletividade nacional e o espaço de movimentação individual. O conceito de liberdade subsiste associado inclusive à dimensão dos direitos civis individuais, mas apenas como uma categoria capaz de integrar os ideais de realização do interesse coletivo, sob os auspícios de uma autoridade ordenadora da sociedade. Este ideal de liberdade é, portanto, incompatível com a proposta de igualdade/equidade política liberal, isto é, com a sua formulação de direitos políticos/representação (Gomes 1982, 131).

Contra a possibilidade de um regime político propiciador da ‘anarquia do número’ apenas possível por vias liberais, é necessário um regime que torne realidade os ares democráticos, sob o ‘princípio de autoridade’, tendo como base as corporações. Toda a visão filosófica e conceitual da lógica liberal é descartada, aparece à ‘Totalidade’, surge à lógica ‘humanista’ e ‘integral’ solidarizada pelo povo brasileiro, revestida da espiritualidade e força do Chefe de Estado. Não se fala mais em liberdade e igualdade, pois tais conceitos escravizaram o

mundo, mas sim em ‘democracia orgânica’, capaz de resolver os problemas mais básicos da sociedade, como por exemplo, o da ‘Justiça Social’. É preciso destruir o liberalismo para enfrentar os novos tempos

A mocidade contemporânea do avião não se pode mais enquadrar nos carcomidos partidos do Liberalismo, que data das anquinhas, ou formar nas fileiras comunistas, que vem da época das sobrecasacas e dos lenços de rapé. Seus imperativos categóricos a levam as milícias fascistas, nazistas, integralistas para o revigoramento das pátrias alquebradas. Os cérebros moços recusam-se a aceitar teorias de há um século. E quando alguns fósseis liberais gabam as excelências da falecida constituição de 1891 não avaliam como a rapaziada acha graça (Barroso 1934, 59).

Não há espaço para análise no Estado pensado por Barroso, pois se trata de um Estado ordenado por NSJC. O ‘filosofismo’ dos iluministas com suas ideais liberais levou inevitavelmente a sociedade ao marxismo, uma sociedade marcada pelo individualismo, pelo pragmatismo e racionalismo, que como afirmava estava mais preocupado com o ‘quantitativo’ do que com o ‘qualitativo’. Era urgente pensar um modelo de sociedade que apontasse os remédios para a solução do pauperismo, causado pela mecanização da era industrial. Por isso, os aplausos de Barroso aos papas, autores de encíclicas com suas mensagens de assistencialismo e de moralidade, focado nos valores familiares, no sentimento, na alteridade e no humanismo cristão.

Referencias

Barroso, Gustavo. 1935. O que o integralista deve saber. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Barroso, Gustavo. 1936. Espírito do século XX. Rio de

Janeiro: Civilização Brasileira.

Barroso, Gustavo. 1937. A sinagoga paulista. Rio de Janeiro: Editora ABC.

Barroso, Gustavo. 1937. Brasil, colônia de banqueiros: história dos empréstimos de 1824 a 1894. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Barroso, Gustavo. 1937. Integralismo e o mundo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Barroso, Gustavo. 1937. Judaísmo, maçonaria e comunismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Barroso, Gustavo. 1938. Comunismo, cristianismo e corporativismo. Rio de Janeiro: ABC.

Bercito, Sônia de Deus Rodrigues. 1991. Ser forte para fazer a nação forte: a educação física no Brasil, 1932-1945. Apresentação de Trabalho/Conferência. São Paulo.

Bertonha, João Fábio. 2001. Fascismo, nazismo, integralismo. São Paulo: Ática.

Carneiro, Maria Luiza Tucci. 2001. O antissemitismo na Era Vargas (1930-1945). 3ª Ed. São Paulo: Perspectiva.

Carneiro, Maria Luiza Tucci. 2003. O Veneno da serpente: reflexões sobre o Antissemitismo no Brasil. São Paulo: Perspectiva.

Carneiro, Maria Luiza Tucci. 2010. Cidadão do mundo: o Brasil durante o Holocausto e dos judeus refugiados do nazifascismo (1933-1948). São Paulo: Perspectiva: FAPESP.

Carone, Edgard. 1974. A República Nova (1930-1937). São Paulo: DIFEL.

Carvalho, José Murilo de. 1996. Os bestializados. O Rio de Janeiro a república que não foi 3ª. Ed. São

- Paulo: Cia das Letras.
- Chalhoub, Sidney. 1996. Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras.
- Chauí, Marilena. 1995. Ideologia e mobilização popular. 2º Ed. Rio de Janeiro: CEDEC; Paz e Terra.
- Conh, N. 1969. . São Paulo: Ibrasa.
- Costa Filho, Cícero João da. 2019. Forças do mal: os prejuízos 'raciais' da figura do judeu na produção integralista de Gustavo Barroso (1933-1937). São Paulo: Todas as Musas.
- Cruz, Natalia dos Reis. 2004. "O Integralismo e a Questão Racial: a Intolerância como Princípio". Tese doutorado em História. UFF, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói.
- Cruz, Natalia dos Reis. 2011. "O diálogo entre o moderno e o antimoderno no discurso da Ação Integralista Brasileira". Estudos Ibero-Americanos 37(2): 196-214.
- Cytrynowicz, Roney. 1992. "Integralismo e Antissemitismo nos Textos de Gustavo Barroso na década de 30". Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH.
- Fausto, Boris. 1970. A Revolução de 30: História e Historiografia. São Paulo: Brasiliense.
- Fernandes, Florestan. 2006. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 5º. Ed. São Paulo: Globo.
- Gertz, René. 1977. O integralismo e os teuto-brasileiros no Rio Grande do Sul: contribuição para a interpretação de um fenômeno político controvertido. Porto Alegre: UFRGS.

- Gomes, Ângela de Castro. 2005. "Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas". *Revista USP* 65: 105-19.
- Hilton, Stanley. 1977. *O Brasil e a Crise Internacional (1930-1945): cinco estudos*. Coleção Retratos do Brasil, volume 99. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Jesus, Carlos Gustavo Nóbrega de. 2006. *Antissemitismo e Nacionalismo, Negacionismo e Memória: Revisão Editora e as Estratégias da Intolerância, 1987-2003*. São Paulo: Unesp.
- Lamounier, Bolívar. 1985. "Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República". Em *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, 3º Volume, nº 9. São Paulo: Difel.
- Lenharo, Alcir. 1986. *Sacralização da Política*. Campinas, São Paulo: Papirus; Editora da Unicamp.
- Lesser, Jeffrey. 1995. *O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro: Imago.
- Levine, Robert. 1980. *O regime Vargas: anos críticos (1934-1938)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Luizetto, Flávio V. 1975. "Os constituintes em face da imigração: estudo sobre o preconceito e a discriminação racial e étnica na constituição de 1934". *Dissertação de mestrado*. Universidade de São Paulo.
- Maio, Marcos Chor. 1990. "Qual antissemitismo? Relativizando a questão judaica no Brasil dos anos 30". Em *Repensando o Estado Novo*, organizado por Dulce Pandolfi, 229-56. Rio de Janeiro: FGV.

- Maio, Marcos Chor. 1992. *Nem Rotschild nem Trotsky: o Pensamento Antissemita de Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro: Imago.
- Maio, Marcos Shor y Carlos Eduardo Calaça. 2005. “Um balanço da bibliografia sobre o antissemitismo no Brasil”. Em *Os judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade*, organizado por Keila Grinberg. São Paulo: Civilização Brasileira.
- Menezes, Eduardo Diathay Bezerra de. 2006. *Gustavo Barroso: um cearense ariano*. Fortaleza: Museu do Ceará.
- Milgram, Avraham. 1994. *Os judeus do vaticano: a tentativa de salvação de católicos não arianos da Alemanha ao Brasil através do Vaticano (1939-1942)*. Rio de Janeiro: Imago.
- Motta, Rodrigo Patto Sá. 2002. *Em Guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva.
- Novinsky, Anita. 1992. *Cristãos Novos na Bahia: A Inquisição no Brasil*. São Paulo: Perspectiva.
- Oliveira, Lúcia Lippi. 1990. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense.
- Rago Filho, Antônio. 1989. “A Crítica Romântica à Miséria Brasileira: o integralismo de Gustavo Barroso”. Dissertação (mestrado em História). São Paulo: PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em História.
- Ribeiro, Ivair Augusto. 2007. “O Antissemitismo no Discurso Integralista no Sertão de São Paulo: os Discípulos de Barroso”. Em *O antissemitismo nas Américas: Memória e História*, organizado por Maria Luiza Tucci Carneiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP.

Sevcenko, Nicolau. 1984. A Revolta da Vacina: mentes
insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Braziliense.

Silva, Hédio. 1971. 1938: terrorismo em campo verde.
Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.